

# Flora local, consumo e circulação na Corte fluminense de Debret, 1816-1831

Local flora, consumption and circulation in the Court of Debret  
in Rio de Janeiro, 1816-1831

Patrícia M. S. Merlo<sup>1</sup>

[patricia.merlo@gmail.com](mailto:patricia.merlo@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0002-7584-9047>

Fernando S. C. Viana Junior<sup>2</sup>

[fernandosantaclara@gmail.com](mailto:fernandosantaclara@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0002-9181-9075>

---

**Resumo:** A história da América portuguesa durante a primeira metade do século XIX é marcada por diversas transformações que têm como marco inicial a chegada da Corte de D. João VI ao que era até então a principal colônia de Portugal e seu estabelecimento na cidade do Rio de Janeiro. No bojo desse processo, uma série de investimentos de cunho social e cultural foram feitos, entre os quais se destaca a vinda da Missão Artística Francesa, grupo que esteve diretamente envolvido no projeto de ressignificação e europeização da nova sede da monarquia, mas que, para além, disso forneceu, através de sua produção, importantes impressões para a reflexão sobre a conjuntura do território. Este artigo propõe analisar, através da obra “Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil”, de Jean-Baptiste Debret, como o pintor francês apreendeu e representou o território brasileiro, por meio de espécies naturais, formas de consumo e costumes locais. Dando ênfase nos conceitos de circulação de conhecimentos (Kury, 2013; Raj, 2007), civilidade (Elias, 2011) e distinção (Bourdieu, 2007), interessa-nos a perspectiva exposta por Debret sobre a realidade social local, em especial no que se refere aos hábitos alimentares por ele registrados. Metodologicamente, valemo-nos da análise de conteúdo conforme proposta por Bardin (2016) visando construir uma interpretação crítica, contribuindo para uma análise sistêmica e direcionada das fontes indicadas.

**Palavras-chave:** Missão Artística Francesa; Jean-Baptiste Debret; Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil; Flora; Circulação de conhecimentos

**Abstract:** The history of the Portuguese-speaking territory in America during the first half of the 19th century is marked by several transformations that have as their starting point the arrival of the Court of D. João VI in what was until then the main colony of Portugal. In the midst of this process, a series of investments of a social and cultural nature were made, among which stands out the arrival of the French Artistic Mission, a group that was directly involved in the project of resignification and Europeanization of the new seat of the monarchy, but which, in addition, provided, through its production, important impressions for a reflection on the scenario of the territory. This article analyzes, through Jean-Baptiste Debret's work “Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil”, how the French painter apprehended and represented the Brazilian territory. Emphasizing the concepts

<sup>1</sup> Universidade Federal do Espírito Santo. Departamento de História e Programa de Pós-Graduação em História. Av. Fernando Ferrari, 514, 29075-910 - Goiabeiras, Vitória/ES, Brasil.

<sup>2</sup> Universidade Federal da Bahia. Departamento de Ciências dos Alimentos e Programa de Pós-Graduação em Gastronomia (Universidade Federal do Ceará). R. Basílio da Gama, 200, 40110-040 - Canela, Salvador/BA, Brasil

of knowledge circulation (Kury, 2013; Raj, 2007), civility (Elias, 2011) and distinction (Bourdieu, 2007), it discusses Debret's perspective on the local social reality, especially with regard to eating habits. Methodologically, we use content analysis as proposed by Bardin (2016) in order to build a critical interpretation, contributing to a systemic analysis focused on the indicated sources.

**Keywords:** French Artistic Mission; Jean-Baptiste Debret; Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil; Flora; Knowledge circulation

## Introdução

Em razão das ameaças de invasão de Napoleão a Portugal, utilizando a Espanha como exemplo, o príncipe-regente D. João tomou uma decisão inédita, até então, na Europa: mudou-se junto à sua família e à sua corte para a parte mais importante de seu império colonial. Às pressas, embarcaram e partiram no dia 29 de novembro de 1807, abandonando um Estado, uma complexa estrutura de gestão territorial e um povo contrariado (Malerba, 2000a; Schwarcz, 2002).

Com a chegada da corte ao outro lado do Atlântico, veio também um séquito – que, independentemente do número exato de pessoas, entre 5 e 10 mil almas (Malerba, 2008), representava um enorme volume de pessoas –, a ser alimentado, cuidado e abrigado. Era um território conhecido pelos exploradores, militares e homens de ciências, mas que, para além da literatura, era estranho aos habitantes da corte.

É verdade que os estudos botânicos em território colonial já estavam em curso desde, pelo menos, o século XVI (cf. Abreu, 2006). Portanto, os conhecimentos sobre os recursos naturais não eram exatamente uma novidade. Entretanto, com a chegada da família real e a abertura dos portos, em 1808, um número crescente de viajantes estrangeiros passou a aportar no exótico território e, também, a catalogá-lo.

O que diferenciou os esforços destes viajantes em detrimento daqueles de outrora era a sistemática do registro, uma vez que C. Lineu e seu *Sistema Naturae* (1735) haviam inaugurado outra perspectiva científica no registro taxonômico do mundo. Tal sistema consolidou o autor como o grande “sistemizador da nomenclatura binomial e o proponente do sistema sexual para a classificação dos vegetais” (Kury, 2011), e principal referência sobre os modos de registrar a natureza. Assim, autores que descreviam os aspectos naturais dos espaços reproduziam, então, o método do autor.

Quase uma década após a chegada da corte, a nova sede foi alçada à condição de Reino Unido de Brasil, Portugal e Algarves, em 1816. Seja por pressão política do Tratado de Versalhes, por uma proposta emancipatória autônoma ou por uma conjunção de tudo isso (Pedreira e Costa, 2008), o fato é que o Brasil vivenciou um processo de modernização que demandava elementos que também emancipassem simbolicamente a ex-colônia (cf. Viana Junior, 2022).

Naquele mesmo ano, chegou, composta por uma pluralidade de artistas, o que ficou conhecido, segundo a historiadora Lilia Schwarcz (2008), como Missão Francesa, Missão Artística Francesa ou missão dos franceses. Ressignificar o território, alçá-lo à condição de Reino Unido, europeizá-lo, era parte desse novo projeto.

Em meio à comitiva dos que desembarcaram da França, estava Jean-Baptiste Debret (1768-1848), artista sobre o qual nos debruçaremos aqui. Nosso objetivo é apresentar os usos das plantas no cotidiano alimentar do Rio de Janeiro, destacadamente, durante a época de estada do artista Debret no Brasil (1816-1831) a partir do que o autor registrou em sua obra “Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil”. Interessam-nos não somente os registros das plantas em si, mas também as perspectivas de preparos, consumo etc., quando a fonte nos permitir alcançá-los.

Inicialmente, abordamos a concepção da terra-colônia produtiva brasileira<sup>3</sup>, que se estendeu à concepção de América Portuguesa quando deixou elementos de sua existência em territórios mundo afora pelas mãos dos portugueses. Aqui, ainda, refletimos sobre as perspectivas de circulação e consumo, que estão contidas na ideia dos produtos botânicos originários de uma região, mas que são adaptados – na terra e culturalmente, no uso – a territórios outros. Desta forma, produtos originários ganharam o mundo, de modo que a América Portuguesa também foi ocupada por eles.

Em seguida, buscamos analisar a ideia de implementação de uma lógica eurocentrada na concepção do

<sup>3</sup> A utilização dos termos “brasileira”, “Brasil” e similares, neste texto, é ilustrativa, na perspectiva de referência ao território. Sabe-se que, desde o século XVII, a referência ao território como Brasil já ocorria, ainda que não oficialmente. Entretanto, queremos reforçar não a perspectiva anacrônica da proposta, mas uma concepção pautada na compreensão do espaço enquanto território.

território colonial, quando de sua elevação à condição de Reino Unido. Aqui, apresentamos uma rápida análise dos elementos que foram empregados no processo de emancipação territorial e como as cargas simbólicas foram necessárias para integrar um séquito que fora organizado e gerido por quase 400 anos a distância. Era uma oportunidade para a coroa reajustar, polir, educar as pessoas que, então, passaram a pertencer a uma lógica transatlântica de existência e pertença. Em nosso entendimento, a Missão Francesa cumpriu papel significativo na perspectiva que elegemos.

Na parte seguinte, o foco volta-se para Debret, personagem central na lógica do debate proposto. Consideramos importante localizar o autor e, conseqüentemente, a obra, a partir das perspectivas daquele momento em que ele esteve no território brasileiro e em que publicou seu trabalho.

Por fim, apresentamos a análise da obra “Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil”, buscando registrar o que viram os olhos de Debret, como veicula isso em sua obra e quais as relações que fazia entre as perspectivas botânicas e a concepção de localismo. Desta forma, sempre que possível, buscamos refletir sobre como o autor tratou os produtos locais a partir das perspectivas de circulação – da produção ao consumo – dos insumos abordados.

Para subsidiar o trabalho, partimos das perspectivas dos insumos botânicos e de sua circularidade no império luso, propostas por Lorelai Kury e outros autores (2013). Além disso, abarcamos a concepção de circulação – de insumos, culturas, conhecimentos e modos de fazer – proposta por Kapil Raj (2007). No campo das concepções de civilização, evocadas por Norbert Elias (2011), e de distinção, segundo a perspectiva de Pierre Bourdieu (2007), buscando compreender como os elementos eleitos para civilizar o Reino eram importantes no contexto em questão. Quanto às perspectivas de análise da obra, em específico, utilizamos o método de análise de conteúdo, proposto por Laurence Bardin (2016). Para tanto, em perspectiva qualitativa, analisamos a obra de Debret a partir de registros de insumos botânicos alimentícios e suas utilizações, as lógicas de produção, distribuição e consumo, sempre que as fontes possibilitaram.

## Insumos botânicos, circulação e império luso

A entrada dos portugueses num sem-fim de lugares nas diferentes partes do planeta fez com que o pequeno território europeu se tornasse uma grande potência a partir da apropriação de vastas porções de terra. Em meio a uma perspectiva de dominação do mundo, também estavam aliançadas perspectivas de dominações de espécies – animais, vegetais e minerais – dos territórios conquistados,

com vistas à compreensão e uso das potencialidades, sobretudo, econômicas.

Ademais, dominar os espaços e os territórios também era garantir a sobrevivência dos viajantes, que precisavam conhecer os locais para se manterem vivos, alimentados, em bom estado de saúde etc. Nesse entendimento, conhecer os territórios era, antes de tudo, uma questão de sobrevivência, fosse das pessoas ou do Império (Domingues, 2001).

Destacadamente, sobre as plantas, sabe-se que a circulação entre as espécies coloniais e do território metropolitano era uma realidade desde o século XVI. Ao serem deslocadas, as espécies ganharam características genotípicas e fenotípicas a partir de estímulos e realidades do espaço em que eram alocadas, mas principalmente nos modos como foram apropriadas culturalmente. A historiadora Lorelai Kury (2013, p. 8) destaca que

*O movimento, a mudança, o passar do tempo e a mobilidade espacial são tratados como ações que transformam de algum modo os objetos. Em seus deslocamentos, as plantas não permaneceram as mesmas. Sua relação com o ambiente natural e humano aprimora ou inibe suas virtudes, aumenta ou diminui sua importância, faz com que sejam usadas de maneira habitual ou inesperada, que cresçam em florestas, jardins botânicos ou estufas, que sejam ingeridas, cultivadas, colhidas, desprezadas ou admiradas.*

Processo semelhante ocorria também com espécies animais. Em comum, estava a terra, a válvula motriz da existência, inclusive dos seres humanos. Onde não há terra, não há comida; onde não há comida, não há vida. Logo, é a terra que fornece os insumos à alimentação das pessoas e dos animais, que podem tornar-se alimentos para a humanidade também. Logo, dominar a terra não bastava no processo de conquista: devia-se dominar tudo aquilo que ela pode oferecer – destacando-se, para nossos propósitos, os produtos comestíveis.

Em seguida, após a apropriação do elemento em si, é importante que os conhecimentos acerca de seus usos sejam partilhados. Ainda que os modos de utilização dos insumos não fossem os mesmos de seus territórios de origem – entendemos aqui origem como o espaço nativo da espécie apenas –, era significativo entender as formas como já eram utilizados. Em um contexto de dominação, tal sistemática permitia um conhecimento mais amplo das potencialidades das espécies, o que encurtava etapas no processo de descoberta dos usos. A partir daí, muitas eram as possibilidades, que se calcavam na reprodução das técnicas de utilização à reapropriação disso, nos modos de plantar, de colher, de preparar e de consumir (Raj, 2007).

Os processos de compreensão e exploração dos territórios portugueses eram apresentados em duas perspectivas: antes do século XVIII, pelas mãos dos religiosos enviados aos domínios, com ênfase nos jesuítas, e após o século XVIII, em que uma concepção de ciência inspirada pelo espírito das Luzes se fez presente na metrópole e nas projeções de suas colônias (Merlo e Scheiner, 2020). A reforma dos Estatutos da Universidade de Coimbra (1772) – antecedida pela criação da Academia Real de História (1720), do Colégio Real dos Nobres (1761) –, somada à Academia Real de Ciências (1779) e à Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho (1790), foram os principais frutos deste momento em Portugal.

Como parte do processo de cientificação moderna lusa, o primeiro jardim botânico, inaugurado em 1769 no Palácio da Ajuda, foi projetado pelo naturalista paduano Domenico Vandelli. Era reflexo do movimento que ganhava corpo: “novos museus, jardins botânicos e coleções tomaram o lugar dos gabinetes de curiosidades e dos jardins consagrados exclusivamente ao deleite aristocrático” (Kury, 2004). Este contexto estava completamente ligado aos novos ideais de civilidade do período, em que pese pensarmos os motivos pelos quais Portugal aderiu ao movimento de mudanças tão estruturais (Onorato, 2021).

Os jardins botânicos tinham por objetivo o estudo e a coleção de espécies vegetais de todo o Império, no caso de Portugal. Eram jardins de caráter experimental, indutivo, com o foco voltado ao empirismo baconiano que ganhava força no período. Era um encontro entre climas quentes, tropicais e subtropicais (Kury, 2013), com os olhos voltados a se entender as possibilidades da natureza a partir de perspectivas de produção e lucro, regadas por um viés de cientificidade, necessários ao período.

O fato é que ter a ciência a serviço do Reino era, também, reforçar, de certa forma, uma espécie de elite do conhecimento (Domingues, 2001). O conhecimento era parte de um substrato do Estado que não era formado pelo povo, de modo geral. Mais do que isso, os aspectos científicos tinham por premissa símbolos de civilidade que valiam para o Estado português e, por conseguinte, para as elites. Conhecimento, cabe reforçar, é um aspecto da civilidade (Elias, 2011) e de distinção (Bourdieu, 2007). Os súditos, de forma ampliada, só seriam convidados a participar anos mais tarde a partir de uma perspectiva pedagógica de compartilhamento dos saberes produzidos pelas elites (Domingues, 2001).

Sobre as concepções de civilidade, sem perdermos o foco do que nos interessa, cabe reforçar que são construções sociais que têm seus alicerces estruturados em elementos de conformação cênica social, na dotação de um conjunto de protocolos que cumpriam a função essencial de agir como uma espécie de credenciais

sociais. Segundo o sociólogo Norbert Elias (2011, p. 193), que se debruçou sobre a temática ao longo de seus trabalhos, a ideia de civilidade expressa um conjunto de transformações paulatinas dos padrões sociais ligados à autorregulação, ou protocolos de convívio. É forjado, ao longo de perspectivas de longa duração, o chamado processo civilizador, que sempre caminha “rumo a uma direção muito específica”. Não é formado por consequências de um pretensão processo de evolução social, sequer caminha de forma linear, mas é socialmente forjado num caminho de contenção de impulsos. É formado em perspectiva de controle social, pois dita, efetivamente, um conjunto de normas de comportamento, sempre forjadas na consolidação de estruturas que contribuem para a conformação de estruturas sociais distintas.

Abordando tais aspectos teóricos, o sociólogo Pierre Bourdieu (2007), em sua obra “A distinção”, faz uma denúncia agravada e, ao mesmo tempo, um exercício de compreensão dos mecanismos sociais e culturais que não estão calcados – ou centrados – somente nos fatores econômicos das sociedades, pois estes dividem seu protagonismo com elementos simbólicos ligados às práticas de consumo culturais de uma estrutura relacional. Assim, forjam-se elementos que estruturam os campos a partir de perspectivas simbólicas, como, no caso em tela, o domínio dos conhecimentos científicos, de estruturas que são estruturadas num diálogo entre os sujeitos que pertencem a uma elite distinta, e que estruturam a sua manutenção no poder e o não acesso de outros sujeitos que não pertençam a este mesmo estrato social. Assim, estruturando um campo de produção e manutenção de conhecimento, as pessoas que estão no centro do campo ditam simbolicamente os papéis dos sujeitos envolvidos e não envolvidos com a ciência.

Em consonância, ambos os aspectos – civilidade e distinção – são intrínsecos e interligados. Como assevera o historiador Jurandir Malerba (2000b, p. 215),

*A civilização é um devir no qual um conjunto de interações forma um sistema não-planejado e se estrutura progressivamente: as relações entre unidades ou grupos sociais são, na realidade, as relações de força que ligam, opõem e, dessa forma, inscrevem os indivíduos em estruturas hierarquizadas, que presumem “campos de forças”, “de tensão”, “de equilíbrio”, “de competição”. Nesse sentido, a configuração de Elias é muito próxima do conceito de campo de Bourdieu, o qual traduz a ideia de um espaço estruturado de posições, no qual se desenvolvem relações de luta.*

Podemos dizer que Portugal vivenciava mais intensamente tal processo na época que antecedeu a chegada

da corte lusa à América Portuguesa e, conseqüentemente, a conformação de um território que devesse assumir ares europeus. A seguir, vamos abordar a implementação de uma lógica eurocentrada na concepção do território colonial, destacadamente brasileiro, quando de sua elevação à condição de Reino Unido e como os aspectos botânicos estiveram inseridos em tal processo.

## A formulação do Reino de Portugal, Brasil e Algarves: conformação europeia num território colonial

Com Napoleão ameaçando a estabilidade europeia no início do século XIX, muitos foram os países cooptados pelo projeto expansionista do autoproclamado imperador. Napoleão já tomava territórios europeus desde 1804, trabalhando em prol da cooptação das rotas comerciais terrestres para a França e num bloqueio continental à Inglaterra, de modo que as rotas territoriais e mediterrâneas fossem destinadas somente ao império que ensejava construir naquele momento (cf. Viana Junior, 2022).

Tendo Napoleão partido em direção à Espanha e com vistas a atingir Portugal, antiga e frequente nação amiga da Inglaterra, D. João, príncipe-regente português, resolveu partir com sua comitiva ao território colonial nas Américas, como já pontuamos. Em 1808, o regente iniciou um conjunto de despachos para que a colônia pudesse abrigar a corte metropolitana da forma apropriada aos aspectos relacionais que a época exigia.

Uma das primeiras medidas assinadas por D. João foi a abertura dos portos às nações amigas. Assinado em 28 de janeiro de 1808, o decreto abarcava, especificamente, a Inglaterra – a nação amiga naquele momento –, mas, após a queda de Napoleão, se estendeu a um conjunto de outros Estados, a exemplo da própria França, em 1814 (Silva, 2012).

Após a queda do imperador francês, deu-se início na Europa ao que ficou conhecido como o Congresso de Viena, evento que ocorreu entre os anos de 1814 e 1815. Foi ali que se redefiniu o destino do Velho Mundo – e conseqüentemente a gestão de suas posses –, com a assinatura do tratado de paz entre as potências e a redefinição dos limites territoriais, que haviam sido afetados pelas guerras napoleônicas. Além das fronteiras, restauraram-se também as dinastias depostas pelo ex-imperador. A liberdade de navegação em espaços internacionais foi garantida mais uma vez. Por interesse da Inglaterra, estavam restabelecidos o comércio marítimo e a proibição do tráfico negreiro acima da linha do Equador (Viana Junior, 2022).

Um dos questionamentos nascidos no referido Congresso dizia respeito à condição da Corte lusa em

territórios coloniais. Ora, se o séquito real lá estava, não havia motivos para que o lugar ainda estivesse rendido à sua condição de colônia. Ao contrário, aquele espaço era parte do império marítimo português que, com contornos diferentes dos de outros tempos, ainda era espaço de muitas e relevantes posses. Este foi um dos impulsionadores para que o status do Brasil se modificasse.

Em 16 de dezembro de 1815, às vésperas do aniversário de comemoração dos 81 anos da rainha, D. Maria I, mãe do príncipe-regente, houve a oficialização do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (Schultz, 2008). Alçado à condição de Reino, tornou-se urgente empreender mudanças no território brasileiro, em especial na sede da nova corte.

De pronto, o incentivo ao intercâmbio de estudos e comerciantes europeus iniciou-se. Com a abertura dos portos e o surgimento das oportunidades, vieram os viajantes das mais diversas localidades. Se há circulação de pessoas, retomando o que postula Kapil Raj (2007), novas ideias, novas interpretações, novos produtos implicam a potencialidade de novos fazeres, novas perspectivas. Dessa forma, o incentivo de D. João aos novos viajantes que poderiam circular pela América portuguesa pode ser considerado visionário, já que buscou colocar o Brasil na rota de circulação das pessoas e, figurativamente, como espaço acessível aos europeus. Tal perspectiva estava alicerçada na lógica do processo civilizador, em que o europeu era o sujeito que ajudaria a civilizar o espaço. A permissão passou a dar espaço ao fomento.

Além disso, a chegada de viajantes implicava a vinda de cientistas que, à época, queriam descobrir o território, catalogá-lo e exportá-lo ao Velho Mundo. As potencialidades de uso de insumos locais na produção de mercadorias e do espaço local como mercado consumidor, ambos os aspectos em perspectiva exploratória, figuravam como uma possibilidade importante para as partes envolvidas.

No mesmo período, chegou a Missão Francesa, com o intuito inicial de fundar, junto às visões civilizadoras do período – e como parte do projeto político de D. João –, a Real Academia de Belas-Artes na capital fluminense, em 1816. Tal investimento também tinha por objetivo evitar o processo de independência, a criação de repúblicas, assim como o pânico da fragmentação que já ganhava espaço nas ex-colônias vizinhas (Schwarcz e Starling, 2015).

Outras questões que permeavam a perspectiva de conformação da nova sede se baseiam em algumas convicções, entre elas a de que a Corte não voltaria a Portugal tão cedo. Assim sendo, o arsenal relativo à elevação da condição da ex-colônia deveria ser produzido, a fim de criar arquivos e memórias futuras do momento vivido no Brasil. Nesse sentido, era necessário destacar não só

a singularidade territorial, mas também o que tornava a Corte portuguesa única e especial, num cenário em que conseguiu sobreviver aos assaltos de Napoleão e reconfigurar-se numa colônia do outro lado do oceano. Parecia ser este um momento oportuno para criar o emblema da pátria local, como fruto do processo civilizador empreendido pela Corte. Ademais, era necessário distribuir as ações ligadas a isso nas mãos do grupo político que entendia destes modos de fazer, reforçando as concepções de distinção entre os sujeitos.

Foi esse o contexto de chegada da Missão que deixou a França meses antes de aportar na nova sede do Reino luso. Pintores, escultores, botânicos, arquitetos eram sujeitos que estavam embarcados na aventura de desbravar outro território. Em contrapartida, o Brasil ainda não tinha vivido processos que estivessem relacionados à produção artística civilizada (e civilizatória, no caso do uso a ser feito localmente), aos moldes europeus. Ao regente, forjar elementos sólidos de representação do seu poder, algo que era essencial à formação de uma dinastia em território do Novo Mundo, era essencial. Os símbolos cumprem funções vitais quando falamos na mobilização de massas.

Por definição, a historiadora Lilia Schwarcz (2008, p. 13) aponta que,

*De um lado, uma série de artistas, formados pela Academia de Artes Francesa, no mais estrito estilo neoclássico, vinculados ao Estado napoleônico e inesperadamente desempregados. Do outro, uma Corte estacionada nos trópicos, longe, portanto, da metrópole europeia e carente de uma representação oficial. Foi dessa maneira, e da conjunção dessas situações, que surgiu aquela que é hoje conhecida como a “Missão Francesa de 1816”.*

O registro de que eram artistas da Academia de Artes Francesa é muito significativo. Esta mesma academia esteve a serviço de Napoleão quando em seus rompantes de expansão e dominação europeia. O que havia mudado? Não muita coisa, uma vez que a França ainda era o centro gravitacional dos aspectos de civilidade forjados na Europa desde, pelo menos, o século XVII (Viana Junior, 2020).

Além disso, como apontou Maria Beatriz Nizza da Silva (1978), havia uma prerrogativa das ditas artes úteis em relação às belas-artes no território que outrora era colônia. As perspectivas de utilidade eram muito importantes no processo de conquista e dominação territoriais. Ademais, dominar o território era dominar as mentes em busca de um projeto de nação, de território, de simbologias que alicerçassem o que se pretendeu fazer

naquele momento. Assim, as belas-artes poderiam, então, ganhar seus aspectos de utilidade na formulação de um arcabouço simbólico nacional.

A seguir, vamos abordar melhor o papel de Jean-Baptiste Debret, especificamente, na construção das concepções no campo das belas-artes naquele momento, e como foi importante, mais à frente, na conformação de um Brasil independente, em 1822, sempre partindo da perspectiva da produção simbólica da conformação do território, e, ainda, como registrou e narrou as apropriações da flora brasileira.

## Sobre a trajetória de Debret e as apropriações de seus registros sobre o Brasil

Jean-Baptiste Debret é um personagem essencial na construção de dadas memórias presentes ao longo dos aprendizados de História no **rol** de disciplinas cartesianamente ensinadas na educação básica. O imaginário do Brasil colonial e imperial vem, basicamente, de suas pranchas, que se avolumam nos livros de história até a atualidade.

Apesar disso, é importante que forcemos outras leituras possíveis do trabalho de Debret. É deste lugar que partimos: as lentes com que olhamos suas pranchas estão voltadas, essencialmente, aos registros das espécies brasileiras em sua obra, desde os aspectos litográficos aos elementos escritos, a partir da análise do conteúdo que aborda em sua produção.

Retomando o autor, propomos um processo de visita à obra menos hagiográfico, como fazem ainda muitos livros didáticos, e mais biográfico, a partir de um conjunto de estudos que buscou conhecer sua vida para, então, entender sua obra. Uma perspectiva desse processo de revisitação do autor é descrita pela pesquisadora Valéria Lima (2004, p. 5) da seguinte forma:

*é um exercício que certamente vai nos permitir identificar, no viajante Debret, traços não muito conhecidos a seu respeito e da obra que dedica ao Brasil. Mais que um simples inventário da realidade brasileira no século XIX, seus livros são uma viagem através de sua personalidade, de suas intenções e das opções possíveis em um determinado momento da história política e cultural de nosso país.*

Por esta ótica, já nos cabe refletir sobre o papel do artista no Brasil. De pronto, cabe alertar que não se tratava – Debret e a Missão de forma geral – de comerciantes em busca de informações relacionadas às potencialidades con-

sumidoras do Novo Mundo. Ao contrário, o discurso que sustentou a chegada e a manutenção da Missão Francesa no Reino era construir elementos simbólicos identitários.

Antes da chegada ao Brasil, resgatando brevemente a trajetória do artista, ele atuou como pintor, seguindo a tradição de membros de sua família, como seu tio, François Boucher (1703-1770), e o primo, Jacques-Louis David (1748-1825). Seu primo, figura importante do neoclassicismo francês, aprendeu as artes da pintura com o pai e as ensinou a Debret, com quem trabalhou por muitos anos. Sempre frequentou ateliês e, com David, teve um período de experiência na península itálica. Depois, Debret tornou-se membro da Academia de Belas-Artes francesa e sempre esteve envolvido nos eventos sociais por ela promovidos. Recebeu um conjunto de prêmios por suas retratações de cenas históricas. De inclinação jacobina, o pintor participou ativamente de movimento político que depôs Luís XVI, o que gerou depois sérios problemas para os artistas, uma vez que a instabilidade política e financeira do período reduziu drasticamente o consumo de telas.

Desde o fim do século XVIII, em Paris, os salões se tornavam, paulatinamente, espaços para manifestações iconográficas que davam conta das campanhas napoleônicas, exaltando a figura do general e do exército. Os artistas produziam as peças segundo as encomendas que lhes eram feitas. Foi Napoleão quem inaugurou, no ramo da pintura histórica, os quadros com retratações contemporâneas e que tivessem a ele mesmo como grande protagonista da história. Foi então que Debret expôs o quadro “Napoleão homenageia a coragem infeliz”, primeiro quadro da nova série histórica. Até 1812, Debret já havia exposto, ao todo, quatro quadros sobre o general. A última exposição que fez nos salões foi com o quadro “Andrômeda libertada por Perseu”, em 1814, tela sobre a qual não se têm mais informações.

Com a queda do imperador e as definições do Congresso de Viena, surgiu a necessidade de repensar alguns caminhos. Debret foi um dos sujeitos que pintou para Napoleão e, inserido num espaço que o tornava vilão, viu na partida ao Brasil uma oportunidade de recomeço, tal qual seus companheiros de embarcação (Lima, 2004; Schwarcz, 2008; Viana Junior, 2022).

Debret informa em sua obra que a vinda dos artistas ao Brasil partiu de uma encomenda em que

*O governo resolvido a fixar-se na América, sentia cada vez mais a necessidade de incentivar as belas-artistas. Voltou-se para a França, e o sr. Araújo solicitou ao Marquês de Marialva, embaixador de d. João VI em Paris, uma Colônia de artistas franceses. Sua voz foi ouvida: o dr. Lebreton, antigo secretário perpétuo da*

*classe de belas-artistas do Instituto de França, partiu para o Brasil, acompanhado dos senhores Debret, pintor de história; Taunay, paisagista; seu irmão, escultor; Grandjean, arquiteto; Ovide, mecânico; irmãos Ferrez, escultores e gravadores de medalhas; Pradier, gravador e Newcom, músico. Os artistas chegaram ao Rio de Janeiro na véspera da Coroação (Debret, 2015, p. 413).*

Se, por um lado, o discurso faz menção ao desejo do Brasil em ter os artistas em seu território, por outro, Lília Schwarcz (2008) aponta um contrassenso. A autora registra que, por muitos anos, a história que foi dada como fato foi que a vinda da Missão correspondia a uma demanda do Brasil, um convite feito pelo Marquês de Marialva, que, à época, estava em Paris como embaixador extraordinário do Brasil em Portugal. A bem da verdade, aponta-se que o que havia era um grupo de artistas que não tinham mais oportunidades de trabalhar em seu país de origem e se ofereceu para ajudar num projeto de construção de outro território. A pesquisadora afirma que, na verdade, foram os artistas que se convidaram para atravessar o oceano e estar junto à Corte lusa.

Face à guerra de narrativas, o fato é que a comitiva zarpou ao Reino d’Além Mar:

*Quando aportaram na bela baía de Guanabara, tiveram tempo de ouvir e ver os fogos de artifício que “choravam” a morte de d. Maria I. Os artistas seriam incumbidos de caprichar na cerimônia e, sobretudo, de planejar as festas de aclamação de d. João, que se transformaria a partir de então, e finalmente, em d. João VI. [...] No entanto, como a revolução estourara em Pernambuco, em 6 de março de 1817, o monarca teria que esperar por tempos mais calmos e estáveis, assim como os cenários frágeis e os arcos do triunfo especialmente montados para a ocasião precisariam aguardar até que a paz voltasse a reinar neste canto tropical (Schwarcz, 2008, p. 215).*

Ao desembarcarem, foram alocados em espaços doados pela elite do período para que este fosse, efetivamente, o destino dos imóveis. Ao todo, três casas foram destinadas a eles, com a garantia de duas refeições diárias, ficando o Conde da Barca responsável por esta gestão (Viana Junior, 2022).

D. João informou o papel da Missão Francesa ao Reino por meio do decreto de 12 de agosto de 1816, que “Concede pensões a diversos artistas que vieram estabelecer-se no paiz”. Ali, o rei previa o progresso da agricultura, da mineralogia, da indústria e do comércio, valores caros ao período, numa Europa que se indus-

trializava a passos largos desde o século anterior. Se o projeto era europeizar o Reino, era necessário adotar e implementar valores relacionados à Europa do período. Foi ali também informada a intenção de formar a Escola Real de Ciências, Artes e Offícios, desejo que se manteve no papel, sendo concretizado só muitos anos depois, com o Brasil já independente.

Os artistas dedicaram-se, inicialmente, a dar algumas aulas a um grupo de pessoas. Havia artistas interessados em aprender com a comitiva. Entretanto, o ensino proporcionado não era sistematizado, não compunha o que se projetava enquanto escola. A relação voltou-se à de mestre e aprendiz.

Nesse período inicial, Jean-Baptiste Debret atuou como decorador real. Cuidou das decorações que tinham como objetivo as opulências e comemorações. Fez também os panos de boca para o teatro. As comemorações na Corte, inclusive, eram deveras intensas. Além disso, em decorrência da não abertura da Academia, Debret passou a dar suas aulas de pintura em uma casa alugada no centro da cidade. Ali não teve nenhum apoio financeiro do Estado, a não ser pela posterior concessão de uma sala no que seria a Academia.

Em seu trabalho no Brasil, Debret usou das técnicas e das inspirações que trouxe consigo da França. Num movimento para se romper com o tardio barroco religioso no Brasil, a arte neoclássica trazida pelos franceses fora batizada, também, como arte acadêmica. Era Debret, portanto, um artista formado sob esses ditames (Viana Junior, 2022).

No estilo, Debret era um grande retratista, descrevendo pictoricamente a realidade a partir de suas lentes, seus pincéis, suas telas e seus escritos. Paralelamente às grandes atividades que desenvolvia na Corte, como produtor de cenários e grandes painéis para os eventos áulicos, Debret convivia com a realidade da Corte e sobre ela falava, refletia. O conjunto de registros feitos durante o período foram os elementos que constaram em seu trabalho.

A obra “Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil” só foi publicada em 1834, quando o autor já havia retornado à França. Foi dividida em três volumes, em francês, que não obtiveram êxito de vendas e terminaram doados também ao Brasil. Apesar do insucesso editorial imediato, a iconografia representada pelo autor passou a ser profusamente reproduzida no Brasil império, na segunda metade do século XIX, e se propagou por todo o século XX. Esta iconografia foi cooptada nas representações dos livros didáticos sobre o que foram os Oitocentos no Brasil (Lima, 2004).

A última edição à qual temos acesso é de 2015, publicada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. Em volume único, a obra reúne não só os registros escritos e iconográficos do autor, como textos de especialistas em sua obra e representações em altíssima qualidade (Debret, 2015).

## As plantas brasileiras sob a perspectiva de Debret

Debret, autointitulado pintor histórico (Debret, 2015), via na aliança entre os desenhos, as pinturas e a escrita os elementos centrais para retratar os aspectos que lhe fossem importantes. Não foi diferente com a flora brasileira.

Nas três partes em que se divide a obra – a primeira, intitulada “Casta selvagem”; a segunda, “Atividade do colono brasileiro”; e a terceira, “História política e religiosa, estado das belas-artes” –, Debret evoca as plantas do Brasil em alguma medida. Apesar da menção, nem sempre se debruça em narrá-las, registrar sua nomenclatura, etc. O autor se atém mais a isso nas retratações de naturezas-mortas, onde registra plantas nativas ou estrangeiras, mas que já estavam não só adaptadas ao solo, como à cultura local de consumo (Algranti, 2013).

Inicialmente, no primeiro tomo, formado por 48 pranchas dispostas junto às narrativas que as complementam em 102 páginas, o autor descreve os costumes, os adereços e o cotidiano de grupos indígenas aos quais teve acesso – fisicamente ou por meio de narrativas repassadas por outras pessoas – a exemplo dos escritos de Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius (Debret, 2015; Viana Junior, 2022).

A primeira parte é dividida entre Introdução e Estatística; a segunda parte é intitulada “Florestas Virgens do Brasil” (Debret, 2015, p. 60), onde o autor se debruça sobre a vegetação utilizada por grupos indígenas na produção de peças arquitetônicas, de máscaras, de tinturas, da cestaria e, destacadamente, da alimentação. Todas as passagens são breves e pouco descritivas.

Nesse tomo, a primeira pintura que destacamos é a “Prancha 4 – vegetais do Brasil” (Debret, 2015, p. 66). Ali o autor representa o café (grãos, folhas e ramo); apesar de não ser natural do Brasil, a espécie já ganhava lugar na produção nacional desde o século XVIII, tendo seu cultivo sistemático sido instruído por parte da coroa. Ademais, esboçavam-se os sinais iniciais de seu consumo no cotidiano alimentar brasileiro (Viana Junior, 2022).

Em seguida, o autor trabalha a “Prancha 11 – Bananeira”. Ali, registra que a bananeira era “cultivada pelos selvagens”, e “dão frutos que se tornem presa dos caçadores ou dos animais frugívoros”. Informa, ainda, sobre duas espécies de banana: a de jardim ou de São Tomé, e a indígena, esta “extremamente saborosa” (Debret, 2015, p. 77). Temos novamente aqui uma espécie adaptada, mas ao lado de uma nativa cujo sabor merece destaque na anotação.

Mais à frente, na Prancha 43, o autor volta sua atenção para os “Diferentes vegetais utilizados nos colares,

nas tatuagens e na alimentação”. São registrados o jenipapo e o urucum como “frutos cujo suco é empregado na tatuagem” – mas, sabemos, também compunham a alimentação –, assim como o inhame, o cipó (cará do mato) e o aipim como “plantas alimentícias” (Debret, 2015, p. 134). O autor as caracteriza como plantas alimentícias, mas não se debruça sobre elas – como exemplo ilustrativo, cita a mandioca na produção de farinhas. Nesse caso, todas as espécies são nativas da América.

Na Prancha 44, “O cabaceiro | A bananeira”, o autor faz menção ao cabaceiro como planta essencial à alimentação indígena. De fato, a cabaça era muito importante, pois, antes de ser alimento, era a estrutura que comportava os alimentos de alguns grupos originários (Debret, 2015, p. 137). Decerto que muitos grupos dominavam a olaria e a desenvolviam com extrema destreza – o caso dos Una, por exemplo, no Espírito Santo –, mas a cuia ainda era um elemento fundamental nas práticas alimentares de alguns grupos. O autor retoma a banana, mas não traz informações diferentes das anteriores, e sim? uma representação mais detalhada do fruto.

O segundo tomo da obra é mais amplo, com 51 pranchas. Ali estão retratadas cenas do cotidiano da capital e de outros lugares do Rio de Janeiro. Os ofícios, os costumes e a vida cotidiana com o trabalho por parte de escravizados africanos são apresentados pelas narrativas registradas nesse trecho.

É interessante observar que, no tomo 2, o autor não utiliza outras fontes para compor os registros. São as representações do que vê que ilustram as páginas do tomo, seja pelas tintas coloridas, seja pelo texto que descrevem as cenas.

Em um registro de denúncia, o autor faz menção à função das pessoas escravizadas na sociedade do período. Se tal trecho não fala efetivamente de plantas, fala de seus usos – destacadamente os maus usos – para com o povo escravizado. Segundo o autor,

*Tudo se assenta, pois, neste país, no escravo negro; na roça, ele rega com seu suor as plantações do agricultor; na cidade, o comerciante fá-lo carregar pesados fardos; se pertence ao capitalista, é como operário ou na qualidade de moço de recados que aumenta a renda do senhor. Mas, sempre mediocrementemente alimentado e maltratado, contrai às vezes os vícios dos nossos domésticos, expondo-se a castigos públicos, revoltantes para um europeu, e que são, muitas vezes, seguidos da venda do culpado aos habitantes do interior, onde o infeliz vai morrer a serviço do mineiro (habitante da província de Minas) (Debret, 2015, p. 149).*

O foco não está em nenhum cultivo ou técnica. O olhar do pintor escrutina o que é a liga que compõe

o próprio cotidiano nos trópicos: o escravismo presente em toda parte. Suas agruras e fardos. Essa temática é retomada em outras pranchas, reproduzindo elementos do cotidiano que apresentam negros, forros ou escravizados, os trabalhadores em geral, observando tais personagens no cotidiano da cidade e do território próximo. Neste caso, Debret não se ocupa das plantas em si, mas tangencia seus aspectos utilitários – de produção, consumo e distribuição.

Nas narrativas do cotidiano, fizemos um exercício da observação das pranchas em busca do que há de plantas alimentícias pintadas nas páginas que se seguem. Na Prancha 54, “Uma senhora brasileira em seu lar” (Debret, 2015, p. 189), vemos a representação cotidiana de uma mulher cozendo junto a outra moça branca, três pessoas negras e suas crianças negras. Uma das crianças brinca com uma laranja ao chão, indicando não só o consumo da fruta, mas também quem poderia ter acesso a ela.

Na Prancha 57, “Os refrescos após o jantar no Largo do Palácio” (Debret, 2015, p. 202), vemos o comércio de insumos doces, consumidos essencialmente após as refeições. Numa cena composta por várias pessoas, são os homens alinhados que estão sentados sobre uma escada, e as mulheres negras que circulam com seus tabuleiros, vendendo os doces. Debret não esclarece quais seriam, mas aponta para um elemento muito valioso: o açúcar tem o seu momento na refeição, herança do período colonial brasileiro.

Na Prancha 63, “Retorno de um proprietário de chácara” (Debret, 2015, p. 220), dois são os elementos que destacamos: uma menina, que carrega um balaio de frutas variadas na cabeça, e o registro da existência de chácaras no entorno do Rio de Janeiro, o que permite vislumbrar produção diversificada de espécies voltadas ao abastecimento da capital, algo tão importante a um território que, além de sua população densa, ainda recebia viajantes, mercadores, etc. Debret informa que o balaio carregado pela moça escravizada constitui uma “lembrança preparada pelo jardineiro [que] compõe-se de laranjas seletas e de tangerinas ainda presas ao cabo. [...] A provisão completa-se com a lata de grãos de café secos” (Debret, 2015, p. 221). Vemos aqui uma presença dos gostos europeus disseminados no cotidiano local.

Já na Prancha 65, “Vendedores de samburá e de palmito” (Debret, 2015, p. 224), observamos um vendedor negro com um conjunto de cestas tecidas por fibra vegetal e um vendedor negro de palmitos. Os palmitos, originários da terra, como narrou Caminha em sua carta ao rei em 1500, eram comercializados em toras. Indígenas consumiam-nos crus ou cozidos, nas palavras do autor. Ao que parece, o gosto pela espécie se tornou parte integrante da dieta geral.

A Prancha 68, “Negros vendedores de carvão | Vendedoras de milho” (Debret, 2015, p. 232), é valiosa

para a análise aqui proposta. Ela reforça o lugar do vegetal em forma de carvão como elemento primordial na manutenção do fogo, transformador dos alimentos por excelência, chamado “carvão de lenha”. A mulher ao lado está assando espigas de milho verde, que venderá depois, enquanto cozinha, em algumas latas ao seu lado, “feijão preto e toucinho” (Debret, 2015, p. 233). Cabe pontuar que o cozido fazia parte da dieta comum das populações menos abastadas e dos escravizados em geral.

Igualmente interessante é a prancha de número 69, “Vendedores de leite e capim” (Debret, 2015, p. 234), que é autodescritiva e mostra a associação entre o capim e o leite. Este retrato não é em vão: o capim é a base alimentar do gado, que fornece o leite. Amarrado em longos e finos fardos, o capim é transportado para ser comercializado. Aqui observamos que a narrativa sobre as plantas também atravessa a narrativa sobre o consumo animal – dos produtos diretos e dos subprodutos – quando compreendemos que são elas que alimentam os animais.

“Pequena moenda portátil” (Debret, 2015, p. 251), Prancha 75, talvez seja a que mais conta da história do próprio Brasil colonial. Ali, vemos quatro negros escravizados moendo a cana, numa moenda de três rodas: dois movem a alavanca em círculos, para que as engrenagens da moenda rodem, e dois passam o bagaço da cana para a extração do sumo. Essa era a base da produção do açúcar, iguaria que marcou 300 anos da história brasileira como mercadoria lucrativa e que, portanto, era a justificativa dada para as atrocidades empreendidas contra pessoas que foram escravizadas.

É possível observar na Prancha 78, “Casa para alugar, cavalo e cabra à venda | Vendedores de alho e cebola” (Debret, 2015, p. 258), pessoas carregando balaios sobre as cabeças, cordas sobre os ombros e réstias amarradas de alho e cebola. Isso indica um consumo de tais itens relacionados ao cotidiano alimentar das pessoas na capital e reforça a presença dos insumos básicos da cozinha lusa integrados completamente ao cotidiano local.

A Prancha 80 apresenta as “Negras livres vivendo de seus trabalhos | Vendedoras de sonhos, manuê, aluá” (Debret, 2015, p. 265). Nela, Debret informa que várias negras forras estavam ligadas ao comércio de insumos, como frutas e legumes, nas praças. As donas das mercadorias eram chamadas “quitandeiras”. O aluá, bebida refrescante e gaseificada pela ação da fermentação, era feito de “arroz macerado e açúcar”. Cana em pedaços e rolos também se encontrava nos tabuleiros. Com essas vendas, as quitandeiras poderiam juntar algum dinheiro e comprar a liberdade de algum outro ente querido, por exemplo. Podiam, por assim dizer, ter alguma ingerência sobre suas próprias vidas.

Já na Prancha 83, “Negras vendedoras de angu” (Debret, 2015, p. 276), vemos a representação também do

comércio de alimentos na rua, mas agora do angu, uma espécie de mingau. No Rio de Janeiro, a iguaria era feita de farinha de mandioca e pedaços de carnes, mas, noutros lugares, era feita com a farinha de milho. Eram juntados, também, o azeite de dendê, quiabos, folhas de nabo, pimentões, cebola, louro, sálvia e tomate. A produção do prato e de seu tempero revela a importância das plantas na construção do cotidiano alimentar também na comida de rua. Neste preparo em particular, cruzam-se ingredientes e técnicas americanos, africanos e portugueses em uma composição substancial para aqueles que dependiam desse comércio para se alimentar.

“O colar de ferro, castigo dos fugitivos | Negros de recado em tempos de chuva [...]” (Debret, 2015, p. 298), Prancha 90, revela, além da atrocidade do colar de ferro associado a negros fugitivos, uma mulher vendendo abacaxis sobre sua cabeça. Ao lado, vemos um homem sem o colar oferecendo a uma mulher livre algo que nos parece cacau, em uma cesta parecida com aquela em que a moça de colar carrega os abacaxis. Noutra gravura da mesma prancha, observamos os negros de recado utilizando uma espécie de proteção contra a chuva, feita de palha de arroz, o que indica não só a circulação do insumo na capital, mas também a proximidade de seu plantio, uma vez que há palha da planta à disposição, numa perspectiva utilitarista de seu uso.

Saindo do comércio de rua, destacamos a Prancha 92, “Padaria” (Debret, 2015, p. 303), que apresenta uma padaria equipada com uma máquina moendo o que seriam grãos de trigo para a feitura dos pães. Cabe notar que as padarias eram poucas e caras no Rio de Janeiro (Viana Junior, 2022), o que nos permite dizer que Debret retratou uma cena que não era tão comum. A razão para tal carestia residia no fato de a quantidade de trigo produzida no Brasil ser muito pequena, sendo esse insumo majoritariamente importado, fazendo incidir um custo maior sobre a mercadoria final. Talvez por isso tenha sido retratado, pois o pão de trigo era um símbolo de distinção e da própria civilização europeia.

Mas o trigo também chegava à rua. Em consonância com a prancha anterior, na Prancha 89 encontramos as “Vendedoras de pães de ló” (Debret, 2015, p. 295), iguaria de herança portuguesa e feita com a farinha de trigo. Entretanto, diferentemente dos pães, comercializados num local especializado, a prancha mostra a vendedora oferecendo os pães de ló rua afora, em seu tabuleiro. Mais uma vez, a farinha de trigo aparece como elemento presente no cotidiano alimentar local.

No terceiro e último tomo da obra, com 54 pranchas, o autor tem o foco mais sobre as questões políticas e religiosas, eventualmente evocando práticas alimentares quando associadas às religiosas. Entretanto, na Prancha

121, em natureza-morta, vemos o título “Frutas do Brasil” (Debret, 2015, p. 503). Ali, estão representados: ananás corado, ananás de cor verde, coco tucum, cana-de-açúcar, fruto de cajueiro, coco de indaiá, laranja tangerina, coco catarro, cidra, limão doce, café, maracujá, coco d’iri, coco guriri, coco dendê, grumixama, folha de mamão, regime de bananas verdes, flor de bananeira, invólucro do coco da Bahia, coco da Bahia, cajá, melancia, cana-de-açúcar local. Grande parte das frutas já haviam sido apresentadas, mas há a tentativa de produzir, aparentemente, um catálogo das frutas mais consumidas no cotidiano alimentar das pessoas. Cabe também pontuar que, apesar do título, várias frutas eram nativas de outras regiões, apesar de perfeitamente aclimatadas e inseridas na dieta local. O autor não deixa clara a sua intenção, mas é possível imaginar ter sido esta sua motivação. Soma-se a isto um conjunto de descrições sobre cada uma das frutas:

*[O ananás é] mesmo gostoso. Esse vegetal cresce bem na areia (sic); sua cultura é tão fácil no Brasil que basta plantar o tufo de folhas da coroa para ter frutos no mesmo ano. Plantando-se simplesmente os brotos só se tem produção no fim de dois anos. Faz-se na Bahia um grande comércio com o xarope desse fruto, empregado como poderoso diurético. Serve-se o ananás à mesa em seu estado de maturação ou em fatias cristalizadas. O ananás selvagem é extremamente cáustico e provoca violentas cólicas. [...] Fruto do cajueiro (árvore bastante grande com folhas muito largas, cheiro de loureiro): Esta fruta de consistência mole e coberta de pele espessa cor de enxofre contém um suco açucarado, ligeiramente acidulado com aroma de laranja, ou melhor, resina, muito pronunciado. Come-se cru; muito refrescante, é, ao que se diz, antissilítico. O refresco feito com esse fruto, embora de gosto muito agradável, deixa certo amargor na língua. O caroço, espécie de castanha que coroa a fruta, é de uma substância farinhosa e cáustica; entretanto, assada, e assim desprovida de seu óleo, não é nociva à saúde e conserva um gosto de avelã muito agradável ao paladar. [...] O ramo [de café] representado aqui é um exemplo da fecundidade dessa árvore que se apresenta durante todo o ano com flores, frutos verdes e frutos maduros. O grau de maturação do fruto é observável pelo vermelho brilhante de sua casca, que encerra um suco extremamente doce e dois grãos em forma de lóbulos que os pássaros apreciam muito. Em cachos volumosos [o coco de dendê], vende-se separadamente à razão de dois e meio soldos cada um. É de cor amarelo-ouro, manchado de vermelho-terra muito escuro. A casca lisa cobre o caroço ósseo envolvido numa camada espessa de filamentos oleosos também cor de ouro, e cujo sabor lembra o da manteiga fresca,*

*que, aliás, substitui nos cozidos. O azeite do coco dendê, engarrafado para uso doméstico, constitui um ramo da indústria da Bahia onde essa espécie de palmeira é muito comum (Debret, 2015, p. 501-505).*

Como é possível notar, há um esforço do artista em retratar as plantas comestíveis, não só pelos seus aspectos botânicos e qualidades organolépticas, mas também como estariam inseridas na produção, na circulação e no consumo.

Em última instância, retratar o Brasil, se era um movimento para fora para atender a curiosidade dos que viam a ex-colônia a partir de outros lugares, era também um esforço aos moldes do que pretendeu D. João na produção do simbólico: dar a conhecer o território local às pessoas. É fato que um documento escrito atendia a uma pequena parcela da população no período – ainda mais quando escrito em francês, o que reforçava aspectos de estratificação social, reforçando parâmetros de civilidade do espaço. Mas, além da escrita, com a representação iconográfica havia uma possibilidade de que mais pessoas pudessem reconhecer na obra as realidades para além das palavras.

## À guisa da conclusão

Procuramos no decorrer das reflexões aqui apresentadas analisar à luz dos registros de Jean-Baptiste Debret, em “Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil”, a presença das plantas e formas de consumo no cotidiano alimentar do Rio de Janeiro, destacadamente durante a época de estada do artista nesse território (1816-1831).

Para além das espécies, visamos recolher fragmentos que auxiliassem a perceber as formas de preparos e consumo locais. Ademais, procuramos apontar o pano de fundo em que se inscreveu a presença da Missão Francesa, favorecida pelo incentivo ao intercâmbio de estudiosos e comerciantes europeus com a abertura dos portos em 1808.

Como buscamos registrar, novas ideias, interpretações e produtos indicavam a potencialidade de novos fazeres, perspectivas e trocas. Tal processo inseria o Brasil na lógica do processo civilizador em que o europeu seria o sujeito que ajudaria a civilizar o espaço exótico que sediava então a nova corte lusa. Ademais, a chegada de viajantes favorecia a vinda de cientistas que, à época, queriam descobrir o território, catalogá-lo e exportá-lo ao Velho Mundo. As potencialidades de uso de insumos locais na produção de mercadorias e do espaço local como possível mercado consumidor emergiam, então, como uma possibilidade importante para ambos os lados do Atlântico.

As cenas do Brasil de Debret nos apresentam perspectivas do que era visto e valorado, destacadamente na Corte Fluminense do período. Dos processos, encontramos registros que narram as situações de abundância,

de carestia, das formas de comércio – podendo ser na rua ou em estabelecimentos especificamente destinados a isso, dos modos de manipulação e dos usos de ingredientes, podendo ser importados, locais ou que aqui se aclimataram graças às redes do Império Português.

Não obstante, podemos observar ainda os agentes e personagens envolvidos nos processos de produção, circulação e consumo dos ingredientes. A elite local, ligada à produção e ao consumo, a nobreza lusa, ligada à atualização dos padrões civilizados de alimentação e consumo, o escravismo estrutural que perpassava o cotidiano, deram a tônica nas trocas alimentares e nos rearranjos de consumo. Além disso, a presença de múltiplos povos nativos e suas contribuições às mesas e usos dessa corte forjada nos trópicos reforçaram, assim, as representações eternizadas pelo pintor francês.

## Referências

- ABREU, M. 2006. Um quebra-cabeça (quase) resolvido: os engenhos da Capitania do Rio de Janeiro – séculos XVI e XVII. *Scripta Nova*, (218):1-19.
- ALGRANTI, L. 2013. A arte de cozinha e as plantas do Brasil. In: L. KURY (org.), *Usos e circulação de plantas no Brasil – séculos XVI-XIX*. Rio de Janeiro, Andrea Jakobsson Estúdio, p. 138-179.
- BARDIN, L. 2016. *Análise de conteúdo*. São Paulo, Edições 70, 141 p.
- BOURDIEU, P. 2007. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo, Edusp; Porto Alegre, Zouk, 560 p.
- DEBRET, J. B. 2015. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. São Paulo, Imprensa Nacional, 652 p.
- DOMINGUES, A. 2001. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, VIII(suplemento):823:838.
- ELIAS, N. 2011. *O Processo Civilizador, 1*. Rio de Janeiro, Zahar, 279 p.
- KURY, L. 2004. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 11(1):109-129.
- KURY, L. 2011. As viagens luso-americanas e as práticas científicas do século das luzes. In: XXV Simpósio Nacional de História, São Paulo. *Anais...* São Paulo, Anpuh. 1:1-13.
- KURY, L. 2013. *Usos e circulação de plantas no Brasil – séculos XVI-XIX*. Rio de Janeiro, Andrea Jakobsson Estúdio, 324 p.
- LIMA, V. 2004. *Uma viagem com Debret*. Rio de Janeiro, Zahar, 80 p.
- MALERBA, J. 2000a. *A Corte no exílio*. São Paulo, Companhia das Letras, 432 p.
- MALERBA, J. 2000b. Para uma teoria simbólica: conexões entre Elias e Bourdieu. In: C. F. CARDOSO; J. MALERBA (org.), *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas, Papirus, p. 199-268.
- MALERBA, J. 2008. Sobre o tamanho da comitiva. *Acervo*, 21(1):47-62.
- MERLO, P.; SCHEINER, L. Conhecimento matemático e projeto ilustrado: território e poder no Espírito Santo em fins do Antigo Regime nos trópicos. In: 17º SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA, Rio de Janeiro, 2020. *Anais...* Rio de Janeiro, SNHCT. 1:1-12.
- ONORATO, L. 2021. Memória sobre a agricultura e as proposições de Domingos Vandelli na Academia Real de Ciências de Lisboa. In: P. MERLO; L. ONORATO (org.), *De Verney a Vandelli: aspectos da Ilustração Lusitana*. Vitória, Identidade, p. 191-204.
- PEDREIRA, J.; COSTA, F. 2008. *D. João VI: um príncipe entre dois continentes*. São Paulo, Companhia das Letras, 508 p.
- RAJ, K. 2007. *Relocating Modern Science – Circulation and the Construction of Knowledge in South Asia and Europe, 1605-1900*. New York, Palgrave Mcmillan, 265 p.
- SCHULTZ, K. 2008. *Versalbes tropical: império, monarquia e a Corte real portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 444 p.
- SCHWARCZ, L. 2002. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 608 p.
- SCHWARCZ, L. 2008. *O sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na Corte de d. João*. São Paulo: Companhia das Letras, 464 p.
- SCHWARCZ, L.; STARLING, H. 2015. *Brasil: uma biografia*. São Paulo, Companhia das Letras, 808 p.
- SILVA, C. 2012. Uma perspectiva atlântica: a circulação de mercadorias no Rio de Janeiro após a transferência da Corte portuguesa para o Brasil (1808-1821). *Navigator*, 8(16):21-34.
- SILVA, M. B. 1978. *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*. São Paulo, Editora Nacional, 276 p.
- VIANA JUNIOR, F. S. C. 2020. *Dos sabores fortes aos suaves: limites da modernização à francesa nos livros de cozinha da corte portuguesa, 1680-1780*. Vitória, Identidade, 242 p.
- VIANA JUNIOR, F. S. C. 2022. *Rituais cortesãos e cultura alimentar: elite e cozinha de corte no período joanino (1808-1821)*. Vitória, ES. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Espírito Santo, 327 p.

Submetido em: 30/04/2023

Aceito em: 16/11/2023